

EDENISE DA SILVA ANTAS

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO
 PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA
CAPES/SESU/FINEP/IBICT

**O CARÁTER EDUCATIVO DOS PROCESSOS
DE PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES
ECONÔMICAS POPULARES:**

A EXPERIÊNCIA DA SHANGRI-LÁ

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
Orientadora: Maria Ciavatta Franco

Niterói
2000



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Programa de Pós-Graduação em Educação

Nº: 515

Ata da Defesa de Dissertação da
mestranda EDENISE DA SILVA ANTAS
na forma que se segue:

Aos vinte e oito dias de agosto de dois mil, às dez horas, na sala 318 do bloco D da Faculdade de Educação do Campus do Gragoatá, instalou-se a banca examinadora da Dissertação de Mestrado em Educação de EDENISE DA SILVA ANTAS, formada pelos seguintes professores doutores: MARIA APARECIDA CIAVATTA PANTOJA FRANCO (presidente), PAUL SINGER (USP), LIA VARGAS TIRIBA. Abertos os trabalhos, a presidente da banca passou a palavra a mestranda para que expusesse oralmente o seu trabalho intitulado: "O Caráter Educativo dos Professores de Participação nas Organizações Econômicas Populares: a experiência de Shangri-Lá". Feita a exposição, a presidente da banca passou a palavra aos outros membros para que comentassem o trabalho e argüíssem a mestranda, para a seguir também comentar o trabalho e as observações feitas pelos professores que o antecederam. Feitos os comentários e argüições, a banca se reuniu e emitiu o seguinte parecer:

APROVADA com louvor. Entre outras qualidades:
1) é um trabalho original; 2) reflete leitura de clássicos e autores recentes, utilizando-os de forma criativa; 3) problematiza um campo de estudos que é muito polêmico. Sugere ampliar a exposição do trabalho de campo com um maior detalhamento da experiência articulada aos fundamentos teóricos para fins de publicações.

Nada mais havendo, foram encerrados os trabalhos e eu Raquel Helena Soares
lavrei a ata que vai por mim assinada e pelos membros da
banca. Raquel Helena Soares

MARIA APARECIDA CIAVATTA PANTOJA FRANCO (presidente)

PAUL SINGER (USP)

LIA VARGAS TIRIBA



Que país é esse?

Que país é esse? De grandes riquezas, com gente sem teto?

Que país é esse? De mestiços, com racismo?

Que país é esse?

Que país é esse? Onde pensam que só preto pobre que é traficante.

Que país é esse? Onde só quem tem vez é rico e branco.

Que país é esse? De desemprego, com grandes industriais.

Que país é esse? De pessoas morando embaixo da ponte e outros morando nos condomínios na Barra, com praia privada e outros tomando banho no valão ou nem tomam banho.

Que país é esse? Que umas pessoas comem restos e comida fria e outros comendo comida saindo na hora quentinha.

Que país é esse? Que deputados comprem votos em troca de boa comida e dinheiro.

Que país é esse? Onde polícia só procura traficante em favela em vez de procurar nas mansões onde estão os maiores traficantes do mundo. Que país é esse?

“Vamos marchar e vencer para um país melhor”

Essa eu dedico para todos.
E quero que todos reflitam.

Dayanna Antas Temoteo (12 anos)

À saudosa vovó Filhinha.

A Dayanna e Felipe que na generosidade do abraço afetuoso e do olhar acolhedor renovo minhas esperanças.

Aos amigos da Shangri-Lá com quem dividi coisas da vida.

AGRADECIMENTOS

Alguns mestres entram em nossas vidas de forma definitiva: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavtta Franco, Eunice Trein, Leandro Konder, Lia Tiriba, Sônia Vargas, Giovane Semeraro, Percival, Iolanda... Valeu!

Nesse caminho percorrido, amigos fraternos oportunidades de juntos humanizar-nos: Beth, Eliane, Sandra, Jaqueline, Aninha, Chico, Helder, Romildo, Alexandre, Marcelo, Paulo, Diego Tiriba e Luís Delgado.

No processo de humanização, com valentia e coragem: Renato.

A cumplicidade construída no cotidiano do trabalho, belo naquilo que tentamos forjar de novo: Os companheiros da Escola Municipal Brigadeiro Nóbrega.

Alimentado na paixão pelo trabalho coletivo e relações fraternas e democráticas: Paulo Roberto e Maria Dajuda.

Na experiência de dividir a paixão pelo coletivo : André Costa.

No renovar das esperanças os olhos brilhantes e atentos , amizade e a troca de saberes: meus alunos.

As novas amigas, que impressionam pela gentileza e solicitude: Leila e Elci.

Aqueles que dividem comigo os afazeres de mãe: Fátima, Vanesca, Juliana, Terezinha,

Célia, Luiza, Tia Terezinha, Lúcia, Inês, Roseane, Maria Eugênia, Luci, Helena, Rosemary...

Companheiros da vida: Edésio e Denise, Edilson e Denise, Edna e Samuel.

Aqueles que com vigor e sinceridade me alegram: Cynthia, Caroline, Douglas, Víctor, Bárbara, Michelle, Emanuel.

Aqueles de todas as horas: Nery, meu padrasto.

Lição de amizade e dedicação: tio Joeth e tia Lene.

Minha gratidão: Athaide, meu pai.

Meu reconhecimento, minha lição maior de vida: Edenir , minha mãe.

Summary

The object of this work is the educacional character of the processes of participation at the productive and educational activities at the Popular Economical Organizations, understood as a peculiarity of the popular economy and that characterize themselves, among other elements, as economical initiatives of the popular sections, generally organized of associated or cooperated form, intending themselves participative, democratic, self-manager and autonomous. To understand the historical materiality of these organizations nowadays requires that we think them at the context of the productive re-structuration, of the neo-liberalism, of the structural unemployment, of the salaried work crisis, in short, at the context of the structural character crisis that in the last decades the capitalism system tries.

It requires, too, we discuss the alternatives to the unemployment that have been discussed by wide sections of the society. Inserts at this perspective the debate about the cooperativism, the supportive economy, popular economy, etc. We watch to a strong appeal of ideology about the participation that makes itself present as much at the speech of the capital, as of the work. Under the perspective, of the last we understand that the same is the indispensable condition at the construction of the anti-hegemony. The participation as one of the fundamental elements of the democracy was discussed and analyzed at the specific reality of the Habitational Cooperative and Mista Sangri-Lá, glimpsing the educational character of the participation processes of the mentioned experience as gatherly, creates capacity of tear a pseudo-specific of the reality in order to construct a new kind of society whose the center of the social relations is the human being and not the profit.

RESUMO

O objeto desse trabalho é o caráter educativo dos processos de participação nas atividades produtivas e educativas nas Organizações Econômicas Populares, entendidas como uma particularidade da economia popular e que se caracterizam, entre outros elementos, como iniciativas econômicas dos setores populares, geralmente organizadas de forma associada ou cooperativada, pretendendo-se participativa, democrática, autogestionária e autônoma. Entender a materialidade histórica destas organizações atualmente requer que as pensemos no contexto da reestruturação produtiva, do neoliberalismo, do desemprego estrutural, da crise do trabalho assalariado, enfim, no contexto da crise de caráter estrutural que nas últimas décadas o sistema capitalista experimenta. Requer, também, discutirmos as alternativas ao desemprego que vem sendo discutidas por amplos setores da sociedade. Insere-se nesta perspectiva o debate sobre o cooperativismo, a economia solidária, economia popular, etc. Assistimos forte apelo de caráter ideológico em relação à participação que faz-se presente tanto no discurso do capital, quanto do trabalho. Sob a perspectiva, do último entendemos que a mesma é condição imprescindível na construção da contra hegemonia. A participação como um dos elementos fundamentais da democracia foi discutida e analisada na realidade concreta da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri- Lá, vislumbrando o caráter educativo dos processos de participação da experiência mencionada na medida em que coletivamente, vai criando capacidade de ir rompendo com uma visão pseudoconcreta da realidade com vistas a construção de uma sociedade de novo tipo onde na centralidade das relações sociais esteja o ser humano e não o lucro.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGP	Associação de Grupos de Produção
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autorgadas
AP	Ação Popular
ARCO/USU	Arquitetura e Comunidade/Universidade Santa Úrsula
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDAC	Centro de Ação Comunitária
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CCV	Centro Cooperativo Uruguaio
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
MST	Movimentos dos Sem Terra
NAPES	Núcleo de Ação e Pesquisa de Economia de Solidariedade
OEPs	Organização Economicamente Populares

ONGs	Organizações não-governamentais
PAC	Programa Alternativo Comunitário
PEA	População Economicamente Ativa
PET	Programa de Economia do Trabalho
PLANFOR	Plano Nacional de Educação Profissional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PT	Partidos dos Trabalhadores
SODEPAZ	Solidariedad para el Desarrollo la Paz
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Considerações Metodológicas sobre o trabalho de campo.....	20
2. EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA SHANGRI-LÁ ARTICULADA A LUTA HISTÓRICA DA CLASSE TRABALHADORA.....	31
2.1 A Shangri-Lá Breve Histórico.....	33
3. As Reações da Classe Operária à revolução Industrial.....	45
2.2.1 A superação da luta contra as máquinas.....	48
2.2.2 A luta pela ampliação do espaço político.....	55
2.2.3 A luta na organização do sindicatos e das cooperativas.....	58
3. ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS POPULARES NO ATUAL CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL.....	66
3.1 Shangri-Lá: O trabalho e a renda dos Moradores.....	67
3.2 Economia em tempo de Crise.....	70
3.3 As cooperativas uma Resposta Atual.....	79
3.4 A Economia Solidária Uma Questão em Aberto.....	96
4. O TRABALHO SOB O CAPITALISMO : A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DA COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA SHANGRI-LÁ COMO POSSIBILIDADE DE ALTERNATIVO AO TRABALHO ALIENADO.....	106
4.1 A Especificidade do Modo de Produção Capitalista.....	107
4.2 O Trabalho Alienado sob o Capitalismo.....	116
4.3 A Centralidade do Trabalho na Vida Humana.....	121
4.4 A Participação do Trabalhador no Modo de Produção Capitalista.....	126
4.5 Geração de Trabalho e Renda na Shangri-Lá: O Restaurante Sabor Popular.....	130
5. A DEMOCRACIA COMO PROCESSO DE DISPUTA E A SOCIEDADE CIVIL COMO <i>LOCUS</i> DE LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA : A COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA SHANGRI-LÁ COMO SUJEITO.....	141
5.1 A Democracia Burguesa e a Democracia Socialista A Democracia Possível na Shangri-Lá.....	142
5.2 A Participação como Elemento Fundamental da Democracia e da Luta dos Trabalhadores.....	149
5.2.1 A Participação sob o enfoque da integração social.....	151
5.2.2 A Participação sob enfoque da transformação social.....	155

6. A EDUCAÇÃO NA ARENA DE DISPUTAS DA SOCIEDADE DE CLASSES: SHANGRI-LÁ COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO.....	185
6.1 Aprendendo e ensinando na Shangri-Lá.....	186
6.2 A Educação como Campo de Disputa.....	199
6.3 O Caráter Educativo dos Movimentos Sociais.....	209
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222
ANEXOS.....	232

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto¹ o caráter educativo da participação no trabalho produtivo e nas atividades educativas organizadas e desenvolvidas no âmbito das Organizações Econômicas Populares² - entendidas como particularidade da economia popular e que se caracterizam, entre outros elementos, como iniciativas econômicas dos setores populares, não sendo individuais, mas associativas, pretendendo-se participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas.

Tomamos, como campo empírico, a experiência da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá, na periferia da cidade do Rio de Janeiro, a qual, desde 1993, vem aglutinando esforços de um grupo de 28 famílias em torno da busca de alternativas no campo da habitação e do trabalho, face à exclusão de que, socialmente, são vitimadas, como também de um conjunto de instituições da sociedade civil, que vem apoiando essa experiência. Citando apenas algumas, temos o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, o Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (IBASE), o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACs), a Campanha Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida, o Partido dos Trabalhadores, a Igreja Católica, etc.

¹ O nosso projeto inicial de pesquisa era a inserção de crianças e adolescentes no processo produtivo das Organizações Econômicas Populares. A realidade concreta foi-nos mostrando outros caminhos no sentido de responder às limitações mais latentes em termos de reflexão e análise. Quando na Shangri-Lá nos responderam que "as crianças e os adolescentes daqui não trabalham. Eles estudam e brincam", redimensionamos os nossos objetos. Não que julgássemos que não pudéssemos desenvolver a pesquisa referindo a esta clientela específica: pois poderíamos buscar os elementos que definiram a razão pela qual aquelas crianças e adolescentes não trabalhavam, uma vez que milhares deles, oriundos da classe trabalhadora, geralmente, têm o trabalho como instrumento disciplinador e encaminhador, conforme

Foi a partir da referência de alguns grupos de apoio, bem como de alguns moradores da Shangri-La como sendo uma experiência positiva pela sua trajetória, forma de organização, estabilidade, sujeitos envolvidos, parcerias construídas e pelas conquistas já alcançadas, que optamos fazer nosso trabalho de campo. De março de 1998 a julho 1999, periodicamente, trabalhamos na Shangri-Lá, bem como oportunizamos a coleta de dados para esta pesquisa.

Somando-se a isto, outros elementos respaldaram a nossa escolha: o fato de estarmos inseridas como educadoras na experiência, por um projeto de cooperação internacional³; a aceitação por parte do grupo para que a pesquisa fosse desenvolvida, face à nossa trajetória pessoal estar vinculada na luta dos trabalhadores através dos movimentos comunitários; e pela estarmos reinscrição em movimentos desta natureza após alguns anos de “afastamento” por conta das condições materiais e não-materiais, impossibilitadoras de conciliar os estudos na academia e a militância.

A produção científica implica fazermos opções e escolhas que perpassam todo o seu percurso, estando presentes na definição do objeto de estudo, na metodologia, nas categorias utilizadas para a compreensão do fenômeno, etc. Essas escolhas não são aleatórias, soltas no ar. Elas estão imbricadas na trajetória histórica do pesquisador, vinculadas pela condição de classe, definidora de sua concepção de mundo. A opção teórica deve estar determinada não por referências no campo da vaidade ou do modismo, mas no plano ético e político, que, no processo de exposição da problemática do nosso objeto de

veiculado ideologicamente em nossa sociedade. No entanto aquela realidade apontava para uma questão que, na nossa avaliação, era mais emergente: a questão da participação.

³ Daqui em diante: OEPs

estudo buscaremos explicitar. Segundo Franco (1998), " (...) o método não se separa da construção de seu objeto, ao contrário, é ele que o constitui".

O contexto histórico no qual a Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá está inserida situa-se num período em que o sistema capitalista vive mais uma de suas crises de caráter estrutural que, marcada por uma progressiva exclusão de contingentes humanos do mercado de trabalho formal, vem deixando um rastro de miséria e desemprego³.

A humanidade depara-se perplexa com o paradoxo que as novas tecnologias desencadearam: apesar dos fantásticos avanços científico-tecnológicos, possibilitadores da redução do tempo de trabalho necessário à subsistência e, assim, ampliadores do tempo livre dos seres humanos para apreciarem a cultura, a arte, etc., dois terços da humanidade são excluídos do acesso aos direitos básicos de sobrevivência, sendo, então, condenados a um tempo de tortura e de angústia, consequências do desemprego, do subemprego e do emprego precário.

A velha crença renascentista do homem liberar tempo livre enquanto mundo da liberdade tem base histórica no imenso avanço da capacidade humana de criação (avanço

³ Mais à frente explicitaremos o projeto mencionado.

⁴ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem 1 bilhão de desempregados no mundo, o que equivale a quase 30% de toda sua força de trabalho. A Cruz Vermelha Internacional aponta que são 802,3 milhões de famintos no mundo - 67,2 milhões só na América Latina (Tiriba, 1998). Denunciando o mesmo quadro, o economista Márcio Pochmann previu, para o ano de 1999 uma renda *per capita* inferior à de 1980 (JB, 24/01/99). O mesmo artigo faz referência a dados do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos e Políticos (Dieese), pelo qual um em cada cinco trabalhadores de São Paulo está desempregado. Na região metropolitana da mesma capital foi registrada, no ano de 1998, uma taxa média de

das forças produtivas). Todavia a frustração dramática advém de relações sociais capitalistas, que abortam de forma violenta essas possibilidades. A incapacidade do capitalismo de democratizar o avanço científico e tecnológico gera um modelo de desenvolvimento cuja base é a ampliação das relações assimétricas entre os países centrais e periféricos da economia mundial e cuja materialidade não contempla a vida humana na centralidade das suas relações. É o “horror econômico” sentenciado por Forrester (1997), que tem sua versão macabra no desemprego estrutural e no subemprego.

Onde estão os exércitos de desempregados, homens “dispensáveis”⁵ à reprodução do capital? Como estão respondendo às suas necessidades humanas? Neste estado de crise material e humana, como os excluídos estão respondendo às privações de que são vítimas? Nesta atmosfera de desemprego, que estratégias de sobrevivência os excluídos do mercado de trabalho formal vêm articulando?

Um dado indiscutível é que o estômago não espera. Recordando o sociólogo Herbert de Souza – articulador da campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida” –, quando dizia “quem tem fome tem pressa”, na luta pela sobrevivência, assistimos a diferentes experiências econômicas articuladas pelos setores populares. Essas experiências abarcam uma grande diversidade de atividades: comércio ambulante, venda de

desemprego de 18,3% da PEA (População Economicamente Ativa), o que correspondia a 1,594 milhão de trabalhadores naquele ano (JB, 28/01/99).

⁵ Não queremos dizer que a produção do exército industrial de reserva colocada por Marx não seja ainda uma estratégia de controle utilizada pelo capital, necessária à reprodução do mesmo. Bottomore (1993) coloca que “a existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva” (p.144)

drogas, prostituição, fabricação de fundo de quintal, pequenos negócios de caráter familiar, cooperativas, grupos de produção, etc.

As experiências econômicas populares como alternativas de sobrevivência não são uma novidade. No entanto, a sua complexidade e diversidade e, até mesmo, a sua generalização neste contexto de crise é, sem dúvida, uma realidade singular e pouco estudada. Tiriba (1995) aponta alguns dados representativos quanto à generalização dessas experiências, tanto no nível nacional, quanto internacional: no Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) aponta que em 1993, 57% da População Economicamente Ativa (PEA) estava vinculada a atividades informais; no Peru, a percentagem dos empreendimentos que envolvem de um a quatro trabalhadores - as pequenas e microempresas - chega a 78%; na região metropolitana de Santiago do Chile, cerca de 50% da força de trabalho está envolvida na economia popular.

Entender a experiência da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá na sua materialidade histórica, requer que a pensemos no contexto de reestruturação produtiva, de neoliberalismo, de crise do trabalho assalariado, de desemprego estrutural, enfim, no contexto de crise estrutural do sistema capitalista nesta virada de milênio. Pressupõe, também, não negligenciarmos os conflitos e contradições presentes na sociedade capitalista entendidos como fruto da sua constituição classista, que, intrinsecamente, produz interesses antagônicos entre as classes fundamentais. Daí pensarmos a questão das experiências econômicas populares sob a perspectiva dos diferentes interesses, isto é, tanto do capital quanto do trabalho.

Precisamos olhar, além dos processos macroeconômicos em que estão inseridas essas experiências, as dimensões culturais e educativas que se vão gastando na realidade concreta do seu dia-a-dia, buscando as mediações⁶ históricas que nos permitem perceber o fenômeno em sua particularidade, sem perder, no entanto, a totalidade social de que faz parte, como aponta Marx na introdução à Crítica da Economia Política o “concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é unidade do diverso”.

A nossa inserção nos grupos de pesquisas no campo de confluência “trabalho e educação”, e em especial, a nossa participação na pesquisa *Economía Popular y Crisis del Trabajo Asalariado*⁷ e no projeto de cooperação internacional *Autoconstrucción de viviendas populares y de espacios coletivos: gerando trabajo e ingresos y fortaleciendo las relaciones comunitaria*⁸, bem como as experiências anteriores nos movimentos sociais, realçaram que, entre tantos desafios e limitações que as OEPs vêm enfrentando — questão econômica, legislativa, organizativa, etc —, as diferentes formas de participação dos trabalhadores também é uma questão crucial para o desenvolvimento dessas experiências, tanto no que concerne a participação nos limites internos da experiência econômica, quanto para além desses limites, no sentido de uma participação política mais ampla.

⁶ “A mediação é, assim, a visão historicizada do objeto singular cujo conhecimento deve ser buscado nas suas determinações mais gerais, nos seis universais, assim como ser situada no tempo e no espaço, isto é, na sua contextualização histórica. São as determinações histórico-sociais, o campo do particular, que permitem a apreensão de um objeto à luz das determinações mais gerais” (Franco, 1990)

⁷ Tese de Doutorado de Lia Vargas Tiriba - Facultad de Sociología y Ciencias Políticas - Universidad Complutense de Madrid. Participamos na discussão e construção metodológica do trabalho de campo e, por conseguinte, do processo de coleta de dados em algumas cooperativas do Rio de Janeiro as quais o projeto se propôs a investigar.

⁸ Projeto em que atuamos como educadoras, mencionadas anteriormente.

tanto no que concerne a participação nos limites internos da experiência econômica, quanto para além desses limites, no sentido de uma participação política mais ampla.

A literatura consultada sobre o tema da participação apontou a necessidade de compreendermos esse fenômeno no âmbito das relações sociais. É necessário discutir as relações de poder nas classes antagônicas, no seio da classe trabalhadora, a relação entre Estado e sociedade civil, o tipo de participação pleiteada pelo capital e pelo trabalho, etc., bem como a participação como elemento fundamental da democracia.

Analisar o fenômeno da participação dos trabalhadores no seio das relações sociais ajuda-nos a fugir do reducionismo histórico de compreendê-la como solução para todas as mazelas sociais. Dessa forma, importa perguntarmos a que participação nos referimos, a que projeto societário atende. A ausência de tais questões poderia levar-nos a uma compreensão ingênua ou, talvez, mistificada, uma vez que algumas propostas de participação podem camuflar o caráter alienador existente na relação capital e trabalho, que incorpora novas e sutis formas de controle do trabalhador.

Sob a égide de relações capitalistas, o trabalhador torna-se uma mercadoria como outra qualquer. O processo de alienação⁹ a que o capital condena o trabalhador

⁹ “Alienação no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim alienados (1) aos resultados ou produtos de sua própria atividade (...), e/ou (2) à natureza na qual vivem, e/ou (3) a outros seres humanos, e - além de, e através de, (1), (2) e (3) - também (4) a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente” (BOTTOMORE, 1993).

introduziu marcas de uma cultura de submissão¹⁰. Nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, a cultura da produção taylorista-fordista, fortemente arraigada nas relações de trabalho em nossa sociedade, traz em seu bojo a lógica do trabalho fragmentado, da rigidez na divisão de tarefas, a hierarquização, a dicotomia entre os que planejam e executam o trabalho, cristalizando a idéia da separação do trabalho manual e intelectual. Como modelo de organização social, ampliaram-se as dificuldades de uma participação mais efetiva dos trabalhadores no tecido das relações sociais como um todo.

Recentemente, com a emergência de um novo modelo de organização da produção – pela introdução do paradigma da flexibilidade -, a participação e a comunicação dos trabalhadores ganhou relevância, no processo de produção capitalista, como fator de eficiência e qualidade. Se, por um lado, quantitativamente falando, dispensa-se mão-de-obra, por outro, amplia-se a necessidade de uma intervenção qualitativa - mais abstrata - do trabalhador no processo de produção. Sob alguns aspectos, há uma “inversão de sinais” se compararmos com o taylorismo-fordismo. De apêndice da máquina, o trabalhador passa a ter o seu controle, previne-lhe defeitos e otimiza o seu funcionamento. Em vez de trabalhadores, são chamados de “colaboradores” e se introduz a idéia de que a empresa é uma família.

A partir de nossa inserção em algumas experiências econômicas populares, tanto através dos projetos citados anteriormente, quanto do trabalho de campo desenvolvido na dissertação, percebemos que grande parte dessas organizações reproduzem a lógica das

¹⁰ Absolutamente estou desconsiderando o processo histórico de resistência da classe trabalhadora em relação a exploração capitalista. Minha intenção inicial é introduzir as dificuldades de participação dos trabalhadores face às condições de ordem material e não-material a que estão sujeitos

empresas capitalistas. No entanto, não o fazem de forma tão linear. A possibilidade que algumas experiências permitem de participação nas decisões de planejamento, produção e circulação das mercadorias, a discussão sobre os aspectos administrativos, financeiros, culturais, educacionais, entre outros, mostrou-nos que, para os trabalhadores envolvidos essa oportunidade pode representar uma nova possibilidade de ver o mundo, senti-lo e de nele estar. Isso faz-nos compreender que, embora, indiscutivelmente, essas experiências apresentem limitações das mais variadas ordens, existe um potencial nas mesmas, um potencial educativo, que pode, processualmente, caminhar numa direção que permita romper com uma visão pseudoconcreta da realidade na forma colocada por Kosik (1995). Tiriba (1999, p. 425), no capítulo de conclusão da sua já mencionada tese de doutorado, afirma que:

“A pesar de no ocupar los sectores estratégicos de la economía global y de tener poco poder de articulación para salir de una ‘economía de los pobres’, y presentarse ante el Estado e ante la sociedad como una economía política de los trabajadores y un subsector que lleva consigo un proyecto común de desarrollo, la potencialidad de la economía popular radica en que ella puede constituirse como un amplio proceso prático-educativo, en una escuela que debe ser vivida, no apenas para atenuar los problemas del desempleo, sino también para que los trabajadores y la sociedad descubran que es posible una nueva manera de hacer y concebir las relaciones económicas y sociales no solo en el ámbito del lugar de trabajo, sino también en el ámbito de toda la sociedad”.

Indiscutivelmente a participação no trabalho tem-se tornado um fator chave para os empreendimentos econômicos tanto dos setores populares, quanto do meio empresarial. Mas será que estamos falando de uma mesma participação? Elas teriam a mesma finalidade? Qual a especificidade da participação em ambos setores? Que elementos diferenciadores podemos identificar no processo de participação na produção proposta pelo

capital e pelo trabalho? Que níveis de dificuldade as experiências econômicas dos setores populares vêm apresentando no que se refere à participação? O que faz os trabalhadores participarem ou não? A que projeto societário a participação dos trabalhadores nas experiências mencionadas responde?

Buscar os nexos que nos ajudam na análise de nosso objeto de pesquisa, ou seja, o caráter educativo inerente aos processos participativos das OEPs implicou discutir algumas questões pelas quais perpassam elementos de caráter conjuntural e estrutural da sociedade atual, conforme mencionamos anteriormente e sua expressão na realidade estudada. Sob o ponto de vista teórico-prático, buscar compreender a representatividade das organizações econômicas populares na dinâmica das relações socioeconômicas do sistema capitalista, num momento em que vive uma de suas crises mais agudas, e discutir sobre a potencialidade dessas organizações representarem ou não mais que uma alternativa de sobrevivência, é crucial para olharmos criticamente as experiências econômicas dos setores populares e, coletivamente, definirmos, na condição de classe trabalhadora, possíveis formas de intervenção na realidade como estratégia de transformação. Frigotto (1998, p. 50), se referindo as formas de organização do trabalho e aos processos educativos dos excluídos pelo capital, diz que:

“trabalhar os limites e virtualidades destas realidades postas pelo movimento histórico presente, nos diferentes movimentos sociais, parece-nos um desafio importante e necessário de ser enfrentado”.

1.1. Considerações Metodológicas sobre o Trabalho de Campo

A opção teórico-metodológica, no trabalho de pesquisa, comporta desafios que nos colocam num movimento de idas e vindas que consiste em, a todo momento, estarmos

trilhando um percurso onde a reflexão do como, para que e porque expõe-nos aos riscos de caminharmos no fio da navalha. Quando no nosso objeto de pesquisa somos, também, sujeitos da ação, esse percurso torna-se ainda mais difícil, os riscos parecem aumentar e a exigência de refletirmos sobre a relação sujeito-objeto, os procedimentos metodológicos, etc. é um momento de amadurecimento intelectual necessário, ou mesmo, imprescindível.

Pensar a produção do conhecimento como um compromisso de luta política para com os setores populares, significa, entre outras coisas, assumir a não-neutralidade do conhecimento. “Nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente ‘a todos’ dentro de mundos sociais concretamente desiguais” (BRANDÃO, 1981, p. 11). Ter a produção do conhecimento como um dos instrumentos necessários para a transformação do *status quo*, na medida em que nos permite conhecer a realidade concreta, buscando superar os fetiches veiculados como verdadeiros pela ideologia dominante, é uma ação necessária para avançarmos na organização dos setores populares, rumo à construção de uma sociedade de novo tipo. Superarmos a visão pseudoconcreta da realidade, apontada por Kosik (1995)¹¹, não é algo simples e para nós, especificamente em termos de experiências econômicas populares, é um desafio que ganha maior proporcionalidade face à sua complexidade e heterogeneidade.

¹¹ “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. A ele pertencem: a) o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais; b) o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *práxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade); c) o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *práxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento; d) o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens”(Kosik, 1995, p15)

Essas considerações iniciais apontam a nossa posição política face à produção do conhecimento. No entanto devemos preocupar-nos também com no dia-a-dia de nossa permanência na Shangri-Lá. Vemos, sentimos e compreendemos aquela realidade, uma realidade da qual fiz parte como militante, educadora, pesquisadora e companheira, mas não como moradora. As diferentes condições socioeconômicas existentes numa sociedade classista vão construindo sociabilidades diferentes e não há como deixar de perceber que, também na minha relação com os moradores da Shangri-Lá, estas diferenças estão presentes: isso, entretanto, não nos coloca numa situação de incompatibilidade de relacionamento e convivência, o que seria um preconceito e uma discriminação. Mas devo, responsabilmente, perceber os diferentes papéis a serem desempenhados pelos sujeitos envolvidos naquela realidade social da qual também faço parte. Qual o meu papel como pesquisadora? Que especificidade ganha a minha ação naquela realidade?

Tomar consciência de que sob alguns aspectos somos diferentes, mas que podemos ter em comum um projeto político de transformação social, um projeto pedagógico, cujo conhecimento esteja a serviço da transformação e da libertação de tantos anos sob o jugo e a dominação de uma classe sobre a outra, é um movimento necessário. Isso implica ter a competência, como pesquisadora e educadora, de não me prender a registrar os acontecimentos que estão formalmente estruturados naquela realidade, mas buscar captar e compreender as contradições, os conflitos, as dúvidas e as perspectivas das pessoas na sua experiência de buscar construir relações de novo tipo, no caldo das velhas estruturas. Fazer o texto vinculado ao contexto. Mas não somente ao contexto daquela realidade imediata, mas ao contexto mais amplo de como, historicamente, vão-se construindo as ideologias, a divisão das riquezas produzidas, a organização do trabalho, a

formação humana, a participação nas várias instâncias de convivência, enfim, a organização social como um todo. Para Kosik (1995, p.20-21)

“a destruição da pseudoconcreticidade - que o pensamento dialético tem de efetuar - não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado”

Sob o ponto de vista da disputa teórica, no sentido de desconstruir a lógica burguesa de explicação da realidade, a ciência é uma parceira importante. O questionamento que Marx faz, numa carta dirigida a Engels em 1867 — “Se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?”¹² —, reforça essa posição. Mas é preciso, também, perceber o que a pesquisa representa para aquele grupo de moradores, ou seja, para os sujeitos de nosso objeto de estudo. Perceber o que eles esperam do trabalho de pesquisa sob o ponto de vista prático, mais imediato, e se conseguem perceber que, no plano da luta política ampla, ou seja, na luta de classes, a teoria é força material, se for apropriada pelas massas, como nos lembra Marx. Esse mesmo autor sinaliza para o pouco sentido de teorizar por teorizar. A teoria não deve se resumir a apenas refletir sobre uma determinada realidade, mas deve transformá-la. Na última tese sobre Feuerbach Marx e Engels (1987) dizem: “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”.

A relação sujeito-objeto que, no trabalho teórico-prático, venho buscando construir, coloca-nos num tensionamento constante, face à necessidade de apurarmos os nossos sentidos e aguçarmos a nossa inteligência para compreender as coisas que não são

¹² In: Kosik, K. “Dialética do Concreto”. Paz e Terra S.P. 1995.

percebidas imediatamente. As pessoas não são meros objetos de investigação, são sujeitos de ação e, portanto, comprometemos-nos a discutir com elas a problemática que nos propusemos a estudar, a fim de conhecer, concretamente, as contradições, os conflitos, as concepções de mundo que permeiam aquela realidade para, à luz de uma compreensão menos imediatista dos fatos, construirmos uma forma de olhar os fenômenos tendo a história como âncora e a transformação como objetivo. Pensamos a pesquisa como ação pedagógica, onde tanto sujeito quanto objeto vão ganhando condições de superação da visão pseudoconcreta da realidade, construída e reforçada insistentemente pela classe dominante.

A realidade social é produto da ação humana:

“Os homens e mulheres fazem a sociedade da mesma maneira que são feitos por ela. Somos atores e protagonistas de nossa história da mesma maneira que somos definidos e condicionados por ela. Dentro desta relação de interação, não há mais lugar para um pesquisador separado do seu objeto de pesquisa. O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão de mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interage com a realidade. É esta visão do mundo, este ponto de vista que vai determinar a intencionalidade de seus atos, a natureza e a finalidade de sua pesquisa, a escolha dos instrumentos metodológicos a serem utilizados” (OLIVEIRA, 1981, p.24).

O nosso processo de inserção no grupo foi sendo concluído gradativamente: foi uma relação de conquista permanente, no sentido de irmos ganhando confiança e construindo uma relação respeitosa e honesta com as pessoas. Respeitosa porque perquerimos a trajetória do grupo, evitando o caminho do julgamento de valores e privilegiando o diálogo e a crítica construtiva e recíproca. Honesta, por não termos prometido mais do que, ao nosso ver, esse trabalho podia oferecer ao grupo: uma

oportunidade de reflexão e compreensão histórica das condições daquele empreendimento, buscando perceber os desafios e as limitações, seja na perspectiva da própria luta de classes, seja na organização interna da Shangri-Lá e aquilo que ela aponta como projeto na realidade concreta em que está inserida. Éramos de “fora” e só iríamos ficar por um tempo determinado e restrito, muito embora a luta e o compromisso político continuasse em outros patamares.

Com essas preocupações, fomos tecendo uma relação de companheirismo, de amizade e cumplicidade. As afinidades foram-se colocando, bem como as divergências. Mas estávamos atentos para o fato de que nos integrarmos naquela realidade não era nos tornar um deles. Seriam as nossas ações concretas na Shangri-Lá que iriam balizar a compreensão de nossa inserção. Oliveira (1981, p.28) diz que:

“se o pesquisador quer tornar-se apenas um membro a mais do grupo, ele acaba por se anular e se negar a si mesmo, perdendo sua razão de ser e seu direito de estar ali. Deixa-se absorver pela cotidianeidade, se perde no ativismo, limitando-se a seguir cegamente as pautas de comportamento do grupo, ele renuncia à utilização crítica dos instrumentos teóricos de que dispõe para transformar-se pura e simplesmente num militante a mais entre tantos outros. Com isso não queremos insinuar que o pesquisador seja uma personagem mais eminente do que um simples militante. Queremos, isto sim, é reafirmar a especificidade de seu papel e da contribuição que ele pode oferecer sem cair nem no elitismo nem no basismo”.

Esse movimento é uma tensão constante, na qual temos alguns momentos de identificação muito próxima, mas de, ao mesmo tempo, preservação de um certo recuo que nos permita analisar aquela realidade sem prejudicar nossa inserção como pesquisadores e como participantes, buscando ver as contradições e as incoerências entre o que se fala e o que se faz, entre o sonho e a realidade...

O recorte epistemológico necessário na produção do conhecimento, quando estamos na fase de elaboração de objetivos, metodologia, revisão de literatura, enfim, tudo que comporta um projeto ou mesmo a construção da estrutura teórica a que iremos recorrer, na discussão sobre o nosso objeto, é também difícil, mas estamos trabalhando com textos, debates e seminários. Quando chegamos ao campo empírico, é um mundo à nossa frente, são pessoas com quem dividimos experiências, com quem vamos construindo laços de amizade e cumplicidade. Neste contexto é muito difícil aguçar o nosso olhar também para as coisas mais específicas, relacionadas com o nosso objeto. Tudo é tão importante, tão revelador...mas, ao mesmo tempo, tão complexo para ser discutido, analisado e escrito...

Compartilhar o tempo, as idéias, o trabalho, as divergências, o abraço, a esperança... com as pessoas da Shangri-Lá foi um crescimento, seja no âmbito das relações pessoais, seja no âmbito da luta política. Isto não significa que na Shangri-Lá não houvesse divergências, disputas, incoerências, rixas, “fofocas”... Na Shangri-Lá, existia gente que trabalhava, que não trabalhava, os que estudavam e os que nunca estudaram, havia muitas crianças e jovens, alguns adultos e poucos velhos...Na Shangri-Lá, havia gente que acreditava no sonho e que tinha esperança. Na Shangri-Lá, tivemos encontros e desencontros... mas o melhor de tudo isso é que aprendemos muito nesta convivência. Naquela trajetória de um ano¹³, acumulamos muitos materiais de pesquisa - gravações de reuniões, levantamento sobre as condições socioeconômicas, publicações de jornais,

¹³ Período em que trabalhei na Shangri-Lá no projeto de cooperação internacional anteriormente citado, bem como desenvolvi o trabalho de coleta de dados.

cartilhas e panfletos, fitas de vídeo, etc¹⁴. “Ordenar as idéias” tendo percorrido esse percurso na Shangri-Lá não é fácil.

Outra questão relevante nesta análise foi o processo de comunicação com os sujeitos envolvidos na Shangri-Lá. Tomar o cuidado para não privilegiar apenas as lideranças locais e com isso, vir a reforçar as relações de poder em vez de analisá-las e tecer uma avaliação crítica e responsável a respeito dessas relações, é algo que quando nos entranhamos na vida cotidiana das pessoas, pode nos escapar. Zaluar (1986, p. 114) chama nossa atenção para não privilegiarmos nossos informantes face à afinidade que passamos a desenvolver com alguns deles. Segundo ela, se o pesquisador negligenciar nesta questão

“seus informantes privilegiados passam a ser aqueles que se mostram mais aptos na verbalização dos problemas locais, num certo tipo de oratória tido na *cultura do pesquisador* como a mais politizada. Seus informantes privilegiados são também privilegiados porque ‘sabem’ mais a respeito da realidade das condições de vida ou da situação de carência do grupo local, na verdade os que melhor articulam o que sabem num discurso familiar ao pesquisador que o registra e reforça”.

Faz-se presente o desafio da comunicação que não é apenas verbal, mas se expressa nos olhares e atitudes, no silêncio e na ausência, no sorriso, nas brincadeiras...

A grande conquista foi participar deste encontro de “mundos diferentes” conscientes do que somos e para onde queremos ir, não esquecendo o caráter limitado e provisório do conhecimento, bem como os limites postos pelas políticas públicas de educação, de cunho neoliberal, mais especificamente no que se refere aos rumos que vêm

¹⁴ Não nos propomos a utilizar todo esse material por falta de recursos e de tempo. No entanto apresentaremos parte desse material no anexo.

sendo encaminhados para a pós-graduação no Brasil, que, abreviando-nos o tempo de pesquisa roubou-nos a possibilidade de não atropelarmos o nosso processo de formação.

Buscando tecer uma análise que contemplasse tais questões, estruturamos a nossa dissertação da seguinte forma:

O primeiro capítulo — intitulado **A Experiência da Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá Articulada à Luta Histórica da Classe Trabalhadora** — teve como objetivo apresentar um breve histórico da experiência, situando os atores sociais, bem como as instituições, presentes na sua constituição.

Considerando a experiência desta cooperativa atrelada à luta dos trabalhadores contra a exploração e exclusão produzidas pelo capital, tentamos compreender o modo pelo qual a proposta destes, como alternativa, no âmbito econômico, na forma de cooperativa se constitui historicamente. Como coisas inseparáveis, situamos também tal reação dos trabalhadores no campo político e ideológico.

O capítulo seguinte — **Organizações Econômicas Populares no atual contexto da crise do Capital** — inicialmente apresenta os dados sobre os moradores da Shangri-Lá no que se refere à faixa etária, renda familiar e ao trabalho. A seguir, buscamos sinalizar alguns limites e potencialidades do cooperativismo como alternativa ao desemprego que vem assumindo estatística galopante nas últimas décadas, bem como situamos alguns posicionamentos no que se refere à discussão sobre economia solidária.

No terceiro capítulo **O Trabalho sob o Capitalismo: A Organização do Trabalho na Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-Lá como Possibilidade de Alternativa ao Trabalho Alienado**, tratamos sobre o conceito de trabalho e sua centralidade, bem como a forma que vai assumindo, na sociedade capitalista, o trabalho alienado. Visamos identificar os elementos diferenciadores do trabalho na experiência estudada, em relação à organização de trabalho capitalista concernente à divisão entre concepção e execução do trabalho, hierarquia, divisão de riquezas, etc.

No quarto capítulo — **A Democracia como processo de disputa e a sociedade civil como *locus* de luta contra hegemônica: A Shangri-Lá como sujeito coletivo** —, tratamos sobre a democracia burguesa como proposta limitada, no que tange à possibilidade de participação do trabalhador no campo político, que envolve, por exemplo, sua participação nos campos decisórios, definidores das políticas públicas de interesse da sociedade como um todo. Entendendo a participação como elemento fundamental da democracia e a sociedade civil como espaço de disputa entre o capital e o trabalho, buscamos atentar para a questão ideológica que cerca tal fenômeno. Na experiência estudada, fomos orientando a nossa reflexão, mediada por questões que dizem respeito ao entendimento dos sujeitos envolvidos quanto ao próprio conceito de participação, a forma como têm participado, porque e para que participam, bem como as dificuldades que têm encontrado e que elementos seriam importantes para a superação das mesmas.

No capítulo seguinte — **A Educação na Arena de Disputas na Sociedade de Classes: A Shangri-Lá como Espaço de Formação** — discutimos a dimensão política da educação no sentido de estar, necessariamente, atrelada a um projeto de sociedade. Dessa

forma, sob o imperativo da sociedade de classes, ela é um campo de disputa, onde diferentes concepções de homem e de sociedade se fazem presentes. Entendendo o fenômeno da educação como processo que se dá mediado pela realidade concreta e que ela não ocorre num lugar privilegiado, apresentamos a Shangri-Lá como um espaço de formação, na qual, ao mesmo tempo que muitos valores burgueses são reproduzidos, outros são contestados. Considerando ser a compreensão histórica da realidade elemento fundamental no processo de ruptura com o sistema atual, buscaremos perceber até que ponto, nas atividades observadas por nós na Shangri-Lá, isto acontece.